

A CRISE IMPERIAL E A PERSPECTIVA REPUBLICANA: ALGUNS FATORES QUE DETERMINARAM O FIM DO IMPÉRIO

IMPERIAL CRISIS AND THE REPUBLICAN PERSPECTIVE: SOME FACTORS THAT DETERMINED THE END OF EMPIRE

Silmara Dencati Santa Rosa

Mestre em História pela UFMT

silmaradencati@bol.com.br

Resumo

Busco neste artigo mostrar os principais motivos e os fatores determinantes que culminaram com a crise imperial, irrompendo com o fim do regime monárquico. Analisando a criação do partido republicano, a influência e o trabalho da geração de 1870 e as perspectivas políticas com a implantação do regime republicano.

Palavras-Chave: Proclamação da República. Prática Política. Partido Republicano.

Abstract

In this article, I seek to show the main reason and the determining factors that culminated with the imperial crisis, bursting with the end of the monarchic regime. Evaluating the Republican Party creation, the influence and the work of the 1870-generation and the politic perspectives achieved by the implementation of the republican regime.

Keywords: Proclamation of the Republic. Political Practices. Republican Party.

Introdução

Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma cousa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Rua do Ouvidor soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas¹.

Em períodos anteriores regidos por paradigmas historiográficos diferentes, a história voltada para a temática política, era o trabalho por excelência do historiador. Hoje temos a escolha de poder optar por um leque imenso de objetos de estudo, de inclusive estudar política com um novo olhar, sob a ótica de uma nova perspectiva, e verificar não somente atos oficiais do governo e feitos de grandes homens, mas a sua relação com a sociedade que não está de maneira alguma separada da esfera política atuante, pelo contrário, atua, participa e age através de manifestações populares em busca de seus direitos.

Conforme Ângela de Castro Gomes²: “a revisão historiográfica transforma o sentido de um conjunto de comportamentos individuais e coletivos e introduzindo novos atores como participantes da política”. Para Gomes, essa nova historiografia quer rejeitar modelos teóricos e matriz estruturalista, economicista quer sejam elas marxistas ou instrumentalistas. Recusa explicações que se construiu fundamentada em variáveis externas aos processos históricos, definidos a priori, recusavam explicações postuladas através de modelos de análise prévios e não questionáveis. Mas a partir de 1990, a História retomou o conceito de cultura política, ressignificando-o no interior de seu campo disciplinar, a partir de então houve uma convergência para uma nova história política. De acordo com Gomes a cultura política é um conjunto de valores e opiniões dos membros de uma sociedade em relação à política³.

Conforme Bourdieu⁴: “o campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformarem a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura”. Este capital simbólico garante aos partidos as práticas e técnicas de se fazer a política e de se legitimar no poder ao trazer para junto de si agentes que compartilhem os mesmos ideais representativos do mundo social em que estão inseridos. É

¹ ASSIS, Machado. *Esau e Jacó*. São Paulo: Editora Globo, 1997.

²GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história/organizadoras Rachel Soihet, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 22.

³ Ibidem, p. 23.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13º Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010, p. 163.

uma cultura política onde as práticas e concepções dos grupos políticos, que com o tempo adquiriram através de técnicas, uma herança simbólica de como fazer política e formaram um campo político que se autorregulavam através do controle que os partidos detêm com o poder simbólico de cada facção. É no campo de poder, que estas facções se estabelecem em suas práticas e que manipulam as relações de força existentes entre as posições sociais, garantindo aos seus partidários uma relativa força social e/ou capital que lhes permitem as lutas em busca do monopólio do poder. Segundo Bourdieu “o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvida, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”⁵.

Entender o significado da atuação política das elites é compreender como se constrói a representação do político local que, no meio partidário, é o que estas disputas significam. É, também, tentar compreender como se estruturou na conjuntura nacional a rotinização das práticas políticas na reorganização do campo político de acordo com os moldes republicanos. Assim os conceitos de campo e de habitus interagem um com o outro, no sentido em que não funcionam completamente sozinhos. Um campo não é uma estrutura vazia, mas um espaço de jogos que existe na medida em que existem jogadores, ou seja, o campo político só faz sentido existencialmente se os seus partidários estiverem ali, exercendo os seus cargos, jogando, sendo assim, não são ações de agentes individuais, mas da interação na estrutura enquanto agentes socializados. Para Bourdieu⁶: “o jogo é o lugar de uma necessidade imanente que é ao mesmo tempo uma lógica imanente. Nele não se faz qualquer coisa impunemente. E o sentido do jogo que contribui para essa necessidade e essa lógica, é uma forma de conhecimento dessa necessidade e dessa lógica”. O Conceito de cultura política aplicado ao conjunto de fontes utilizado torna possível a compreensão da estrutura dos eventos de natureza política e seus múltiplos fenômenos que atuam e interferem nas opções da sociedade. São através do estudo da cultura política das facções que notaremos as suas ações que transcendem o simples devir rotineiro de seus membros, pois são nas manifestações da prática que se materializam as ações políticas.

A transição do Império para a República foi um momento de mudança no regime político. São momentos que sugerem transformações. E estas transformações já faziam se sentir a algum tempo, desde o fim da guerra com o Paraguai. No final de século XIX, as

⁵ Ibidem, p. 164.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *Da regra às estratégias*. IN: Coisas Ditas./ Pierre Bourdieu. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 83.

tradições imperiais foram abaladas, especialmente por mudanças específicas e que foram aos poucos desestruturando o regime. Vários setores da sociedade estavam descontentes com a política imperial, e buscavam outra forma de representação que atendesse aos seus anseios de maior participação na vida pública. Vejamos alguns exemplos dos descontentes com a administração monárquica e que buscavam mudanças.

A Guarda Nacional⁷ de 1831, inspirada no modelo francês era chamada de milícia cidadã e constituía um instrumento liberal, que originalmente em seu projeto era democratizante. Já no final do Império “era o oposto: tratava-se de criar não o cidadão-soldado, mas o soldado-cidadão. (...) Para isso não só não renunciavam a condição de integrantes do Estado, como se utilizavam da força que esta condição lhes dava”. Era uma luta de dentro para fora em busca de maior participação por pertencerem ao Estado. Neste caso, “não se tratava tanto de cidadania, mas do que poderíamos chamar de *estadania*”. Era ser reconhecido como cidadão, ter status social e também de profissão, que no caso específico era a hierarquia militar⁸.

O trabalho da Guarda Nacional ao longo de quase nove décadas enquanto instituição civil, mas de estrutura militarizada, contribuía para que a socialização fosse sendo construída através da representação e integração dos líderes das organizações partidárias com o povo, ou seja, cada líder político detinha em sua área de atuação uma parcela da população que estava debaixo de sua proteção, eram empregados, agregados, vizinhos sitiados de poder aquisitivo menor e por isso dependia de sua proteção, entre outros⁹. Esta socialização se dava através do ato de atender as necessidades do povo e de reunir os eleitores para a votação. Essas organizações partidárias com o aparato técnico e as experiências acumuladas ao longo do

⁷ A Guarda Nacional foi criada em agosto de 1831 durante o período regencial. No final do Século XIX, no entanto, a Guarda Nacional foi perdendo o espaço e a importância que tivera. Com a proclamação da República chamada à “milícia cidadã” perdeu ainda mais credibilidade, passando para segundo plano, já que o Exército havia ganhado status. Em 1892 foi transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Exteriores, em 1918 passou a ser subordinada ao Ministério da Guerra, quando foi, de certo modo, absorvida pelo Exército, e apareceu pela última vez no desfile da Independência, no ano de 1922, mesmo ano em que acabou por ser extinta. In: COSTA, Lidiania Justo da. GUARDA NACIONAL NA PARAHYBA: vigiando e punindo em nome da ordem (1831-1850). UEMA: Universidade Estadual do Maranhão, II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. Disponível em: < <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/costa3.pdf> >. Consultado em 26/12/2013. Sobre a criação da guarda nacional ver também: José Murilo de Carvalho, em “A construção da Ordem” na p. 21, embora ele não aprofunde no assunto da guarda nacional ele admite a sua relevância para a manutenção da ordem.

⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 49.

⁹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

tempo atuaram no sentido de atender os problemas sociais¹⁰. Este uso do capital simbólico foi uma prática utilizada pelos coronéis na época imperial, que, enquanto chefes locais da Guarda Nacional, atuavam em conjunto com as facções políticas em busca de benefícios para si próprios e para a sua região. A concentração de terras nas mãos de poucos e com isso a formação de grandes latifúndios em posse dos coronéis, gerou um grande número de despossuídos que não tinham alternativas a não ser a de se submeter à proteção dos coronéis:

Como alternativa de sobrevivência [os trabalhadores, camponeses] teve que vender a sua própria força de trabalho. Mas estas relações de trabalho e de produção não se concretizaram sob a forma explícita de um contrato de trabalho, mas gerou na prática uma espécie de obrigação que tornou o trabalhador da terra um agregado da grande propriedade rural e do dono das terras, executando toda espécie de serviços (o bandido, por exemplo)¹¹.

Para Valmir Batista Corrêa falar em coronel e em suas práticas, independente de qual lugar ou da região que estejamos nos referindo, é falar literalmente na violência como prática instituída no cotidiano, era o expressivo elemento da violência instituído nas relações cotidianas de uma sociedade. O coronel desejava deter o poder e dominar o campo econômico e político, sendo eles já responsáveis pela chefia da Guarda Nacional.

Entre os descontentes encontrava-se o Exército¹² que se considerava marginalizado e exigia participação mais efetiva na vida pública, queria mais expressão representativa por tomar mais consciência de sua importância enquanto instituição após a guerra, definindo-se como superiores às milícias da Guarda Nacional. Esta consciência foi acentuada a partir da disseminação do positivismo nas escolas militares pela influência do professor Benjamin Constant, dotando os militares de uma forte “crítica política e da concepção de uma missão

¹⁰ PORTELA, Lauro Virginio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 32.

¹¹ CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: 1889 – 1943*. 2ªed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2006, p 61-62.

¹² RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira Republica e o liberalismo oligárquico*. In: *O Brasil Republicano. O tempo de liberalismo excludente – da Proclamação da Republica a Revolução de 1930/ organização de Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Volume 1. Defende que o exército tinha um forte espírito corporativo, e que eles cansados de serem marginalizados pelo império, após a Guerra com o Paraguai, desenvolvem uma consciência crítica sobre a sua importância para a sociedade, reforçada, com os ensinamentos positivistas de Benjamin Constant, eles adotam uma postura política e concepção de missão cívica, ou seja, de implantar uma república positivista baseada na ordem e no progresso, mas embora nem todos os oficiais sejam positivistas e nem republicanos, mas em seu conjunto maior enfrentam a elite civil e o projeto liberal de república. (RESENDE, 2003, p. 105).

cívica: expurgar o mal do país por meio da implantação de uma república positivista”¹³. Queriam uma república onde a ordem seria o caminho perseguido para a obtenção do progresso. No entanto este não era o único ideal de república, e se confrontava com o ideal das elites políticas civis e com o projeto liberal de república.

Para John Schulz, desde meados do século XIX, tivera início uma tensão entre os oficiais do exército, que se encontravam insatisfeitos com a limitação de seus direitos de cidadania. Essa tensão foi intensificada na década de 1880, pois a nova geração de oficiais que estavam sendo formados pela escola Militar da Praia Vermelha passou a defender a ideia do soldado-cidadão. Objetivavam direitos sociais, pois eram cidadãos fardados e queriam os mesmos direitos políticos dos cidadãos desarmados. A vitória no Paraguai havia feito crescer o orgulho dos militares, que começaram a reivindicar direito de reunião e livre manifestação pública¹⁴.

Além de o exército contribuir para a queda do Império, outro fator de desagregação do Império foi a questão dos escravos, já que, após a Abolição, a base social do governo imperial se desfaz. Uma base, em sua grande maioria, composta por grandes proprietários rurais que, por sua vez, contavam com o trabalho intenso dos cativos para ostentar a fortuna e prestígio na sociedade. Apesar do trabalho escravo já vir sendo substituído por mão de obra dos imigrantes em algumas regiões, havia ainda muitos escravos nas áreas produtoras. Diante de tantas pressões – o descontentamento do exército, a ação do Partido Republicano atacando diretamente à monarquia, a abolição dos escravos, a pressão de alguns setores da sociedade querendo mais participação na política –, o governo imperial ficava na defensiva e um enorme abismo se criou entre o Império, o Exército e os grandes proprietários que compunham a elite política provincial. O movimento abolicionista foi pautado pelo lema liberal da liberdade, da igualdade e da fraternidade, mas seu caráter humanitário era uma falácia, era só aparência, pois: "promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados¹⁵ pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte”¹⁶.

Na ocasião da proclamação da República, muitos apontaram para a inevitabilidade

¹³ Ibidem, p. 105.

¹⁴ SCHULZ, John. *O exército e o Império*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da Civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1971, t.2, v. 4, p. 37-39.

¹⁵ Certamente, os “negros”, de maneira geral, não necessariamente foram cooptados, pois tinham esperanças e perspectivas que os faziam continuar lutando pela sua emancipação.

¹⁶ VIOTTI da COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*/Emília Viotti da Costa. – 6. Ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 247.

do acontecimento, era esperada como um futuro certo, a aspiração da nação. Este fora o discurso da imprensa, como um evento inevitável. A República era o caminho para o progresso, era uma meta a ser alcançada. Então, chegara-se a meta.

Todavia, a proclamação enquanto algo inevitável fora vista de outra forma. Alguns autores ao estudar a passagem do regime imperial para o republicano defendem que, a monarquia estava nos seus momentos finais, e os militares somente se aproveitaram do momento e deram o golpe. Colocando a Proclamação da República assim, como se fosse um evento inevitável, exclui-se o conflito, inserindo o evento em uma história linear, onde cada fato está interligado, e leva a um determinado fim. As interpretações contemporâneas que abordam o assunto da proclamação da República mostram que a proclamação ocorreu devido a vários fatores, apontando também o risco do golpe.

O tema “proclamação da República” envolve muitas opiniões divergentes, e entre autores contemporâneos que tratam da temática destacamos:

John Jurt¹⁷, que analisa o exército, não considerando uma unidade coerente, pois na instituição se desenvolveram duas facções, uma, dos militares tradicionais que se formaram na prática cotidiana do próprio Exército e outra, formada pelos jovens oficiais da Academia Militar da Praia Vermelha, voltados para a ciência, influenciados por Benjamim Constant e os ideais republicanos e positivistas. Constant foi fundador do Clube Militar ao lado de Deodoro da Fonseca. Acontecimento que une as duas facções do exército em uma aliança, constituindo assim a primeira etapa rumo à Proclamação da República. Havia, ainda, outra corrente que estava próxima da ideia republicana, a oligarquia dos plantadores de café – grandes proprietários de São Paulo que defendiam o federalismo para o Brasil, com o ideal de liberalismo econômico. Porém, o republicanismo se manifestou através do manifesto republicano, inspirando-se no conceito jacobino de República, com princípios de igualdade e de liberdade.

Jurt defende a ideia de que não havia um povo na queda da monarquia, pois a proclamação da República foi uma conspiração de um número pequeno de políticos e de militares. Assim, foi proclamada uma república sem povo, já que, lembra o autor, o povo também não se manifestou em defesa da monarquia decaída.

Emília Viotti da Costa critica as versões monarquistas e republicanas, por não apresentarem uma análise do processo que levou ao fim da monarquia. Na versão republicana

¹⁷ JURT, Joseph. *O Brasil: Um Estado-Nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República*. Revista Mana, vol.18, no.3. Rio de Janeiro, Dec. 2012. Consultado em 20/12/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000300003&lang=pt>.

a afirmação era de que desde a Inconfidência já se queria instalar um regime republicano e que a república era um desejo nacional¹⁸. No caso da versão monarquista eles exaltavam o império como uma potência que mantinha a paz e a unidade nacional, e que a Proclamação da República fora uma traição do exército totalmente contra a vontade do povo. O Império “foi à conservação e o progresso”¹⁹. Viotti ainda aponta outras vertentes de interpretação, como: a dos fazendeiros do sul que viram a possibilidade de controle de poder, atuando na política para atingir seus interesses; a teoria militarista que reivindicavam o sucesso do movimento para os militares; e a vertente dos civilistas que achavam a atuação dos militares nociva na política²⁰. A interpretação e a base de explicação sobre a proclamação mudam conforme se faz novas avaliações historiográficas. Isso ficou evidente a partir de 1920; para Viotti, foi um período de “reexame da história determinando um interesse maior pelas questões mais profundas. Em vez de se apegarem aos fatos aparentes, os historiadores interessaram-se mais pelo mecanismo do governo imperial”²¹. Identificando-se com esse revisionismo, a autora aponta que a proclamação ocorreu “devido à união de três forças: uma parcela do exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas (...) momentaneamente unidas em torno do ideal republicano”²².

Considerando questões chaves para a interpretação sobre a proclamação: Abolição, Questão Religiosa, o papel do Exército, a atuação do Partido Republicano e o Poder Moderador, Viotti faz algumas alterações nas versões já cristalizadas pela historiografia. Sobre a Abolição, ela afirma que não foi a causa da República. Considera-a como repercussões de mudanças que ocorreram na estrutura econômica e que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais, afirmando que a Abolição abalou a classe rural, que apoiava o imperador, precipitando assim, a sua queda²³.

Sobre a questão religiosa, apontá-la como fator de desestruturação que levava a queda seria um exagero, seria necessário que a monarquia fosse inimiga da Igreja e que a mesma encontrasse total apoio na República²⁴. Em relação ao Partido Republicano, este não tinha um número grande de adeptos, mas por outro lado, teve papel importante ao lançar a campanha republicana e criar assim uma opinião pública favorável à República, que encontraram

¹⁸ VIOTTI, 1999, p. 389.

¹⁹ Ibidem, p. 393.

²⁰ Ibidem, p. 400.

²¹ Ibidem, p. 406.

²² Ibidem, p. 489.

²³ VIOTTI, 1999, p. 455.

²⁴ Ibidem, p. 457.

condições favoráveis para se estabelecer devido às crises estruturais da instituição monárquica²⁵. E finalizando, para ela o papel do exército foi importante no golpe, decisivo no momento, mas que somente foi possível devido às “contradições profundas que abalavam o regime”²⁶. E quanto ao poder moderador, para Viotti, poucas vezes o Imperador impôs a sua vontade, sendo que quem controlava a política eram “as oligarquias que se faziam representar no Conselho de Estado, nas Assembleias Legislativas Provinciais, nas Câmaras dos Deputados, no Senado, nos ministérios, nos quadros do funcionalismo e das forças armadas”²⁷.

Dessa maneira, Viotti afirma que a República só foi possível por causa de mudanças nas estruturas econômicas e sociais, que, aos poucos, foram enfraquecendo a base do regime monárquico. Isso propiciou que as ideias republicanas fossem se disseminando. Contudo, Viotti afirma que, mesmo sendo instaurado um novo regime, isso não significou uma ruptura, pois “as condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros”²⁸.

Falando sobre a participação popular e sua percepção sobre os acontecimentos, Margarida de Souza Neves diz que o tempo e sua percepção por parte da população dependiam do local em que se estava. Seja no Rio de Janeiro ou em qualquer das principais cidades do país, vivia-se a aceleração do tempo, onde “tudo parecia mudar em ritmo alucinante”²⁹. A percepção nas cidades mais afastadas e nos sertões do país existia, porém de maneira mais lenta, conservando as tradições da “rotina secular firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor, na inviolabilidade da vontade senhorial dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a prioridade, a violência e o medo”³⁰. Para a autora, é um paradoxo a diferenciação da capital da República, que é o cenário do progresso após o dia 15 de novembro, e o interior do país onde o cenário muda pouco e vagarosamente. Esse tempo era percebido “sob o signo de certa pirotecnia de súbitas mudanças”, sendo palco de muitas transformações na esfera pública e também na vida privada. Nos últimos anos do

²⁵ Ibidem, p. 458-459.

²⁶ Ibidem, p. 458-459.

²⁷ Ibidem, p. 461.

²⁸ Ibidem, p. 490.

²⁹ NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. IN: *O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930*/organização: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves. – 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 15.

³⁰ Ibidem, p. 15.

século XIX, imbuídos dos ideais modernos associados aos conceitos de progresso e de civilização, buscavam modelos e exemplos de instituição, de códigos e de moda, das nações mais desenvolvidas³¹.

Na sua análise, o mundo em transformação é o tempo do imperialismo, onde se destaca a Inglaterra, a França, a Alemanha, o Oriente, entre outros. Também a economia muda e as grandes potências investem nos países periféricos por causa da mão de obra barata e farta, da matéria-prima disponível, e os direitos sociais que ainda não existem³².

As mudanças ocorreram na ciência e na técnica, o mundo se acelera, o trem tem mais velocidade, são criados os automóveis movidos à gasolina, a invenção do telefone, do telégrafo e do rádio complementa a aceleração do tempo e de história. Por estas mudanças, a autora afirma que:

A República não foi uma fatalidade histórica e não se limitou à superficialidade de um *putsch* ou de uma parada militar ainda que tal ato possua relevante significado histórico. Por sua vez, a imagem do “povo bestializado” ante a Proclamação da República descrita por Aristides Lobo, republicano histórico que parecia olhar para as ruas do Rio de Janeiro à procura do povo que tomara a Bastilha, não estabelece interpretação definitiva sobre a participação social dos populares, do caráter do novo regime ou ainda dos alcances e das repercussões sociopolíticas da República. Na forma de um Golpe de Estado dos militares, ela foi uma resposta autoritária e elitista às agitações sociopolíticas do período marcado por um ambiente de transformações no ritmo da vida e por utopias de progresso que só pareciam se realizar com o fim da monarquia³³.

Refletindo a respeito das condições em que o exército participa da proclamação, Ribeiro Junior diz que a questão republicana ressurgiu após a Guerra com o Paraguai. O exército, em contato com representantes das monarquias sul americanas, onde os militares ocupavam posições de destaque, teve uma visão mais esclarecida de sua função e seu valor. Com isso, a questão militar tornou-se elemento importante na proclamação da República³⁴.

Na avaliação de Renato Lemos³⁵, não havia um partido político que tivesse uma representação de âmbito nacional e nem mesmo uma instituição que pudesse cumprir o papel

³¹ Ibidem, p. 19.

³² Ibidem, p. 20.

³³ Ibidem, p. 44.

³⁴ RIBEIRO JUNIOR, José. *O Brasil monárquico em face das Repúblicas Americanas*. In: Mota, Carlos Guilherme. *O Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 159.

³⁵ LEMOS, Renato. *A justiça militar e a implantação da ordem republicana no Brasil*. Revista Topoi, volume 13, n 24, jan – jun de 2012, p 60-72. Consultado em 02 de junho de 2013, p. 70.

Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi24/TOPOI24_2012_A04.pdf>.

de fazer a mediação entre os satisfeitos e os descontentes com a atuação política do Império, e por isso, o Exército fez este papel em que:

A via conservadora de superação das estruturas monárquicas encontrou em segmentos das Forças Armadas, em especial do Exército, seu “partido político”, mais efetivo do que poderia ser o Partido Republicano no cumprimento da tarefa histórica de controlar o processo de implantação e consolidação de uma nova ordem. Em um quadro nacional de rupturas articuladas com permanências estratégicas, o novo tipo de ação militar constituiu uma importante mudança em relação à fase monárquica, que não conheceu golpes militares nem a participação institucional castrense no poder. Se entendida como um importante episódio da modernização capitalista tardia da sociedade brasileira, a implantação da ordem republicana surgirá concentrada na construção de um novo formato de Estado, capaz de redefinir a unidade nacional sem violentar na raiz a força dos focos de poder regionalizados³⁶.

E cumpriram bem o seu papel ao executarem a ação que derrubou a monarquia em 15 de novembro de 1889. Mesmo as forças armadas tendo problemas internos e dividindo-se, o Exército esteve presente por cinco anos no comando do país. Para José Murilo de Carvalho³⁷, “a causa da República vinha estreitamente acoplada ao abolicionismo. A luta contra a escravidão era muitas vezes um pretexto para combater a monarquia” e na conturbada década de 1880 tanto instituições como: a Escola Militar, as outras escolas superiores, a imprensa e o mundo político, “discutiam a abolição e, sobretudo depois de 1888, a república. (...) Na Escola, os três temas, Abolição, Questão Militar e República, estiveram estreitamente relacionadas e se alimentaram mutuamente”³⁸.

Para Maria Fernanda Lombardi Fernandes, em seu artigo “Os republicanos e a abolição” que discute a relação entre os republicanos e a ideia da abolição da escravidão, os republicanos não eram um grupo monolítico, pois havia republicanos radicais que defendiam a República e a Abolição da escravidão e havia os republicanos moderados fazendeiros que não lutavam pela Abolição. A autora defende como questão central, que o tratamento dado à causa da Abolição foi de fundamental importância para a formação que República teve no Brasil. Assim o PRP (Partido Republicano Paulista) tem formação desigual e essa estrutura

³⁶ Ibidem, p. 61.

³⁷ CARVALHO, José Murilo. Euclides da Cunha e o Exército. Revista Brasileira da Academia Brasileira de Letras, prosa 3, s/d, p. 143.

Link:< <http://www.academia.org.br/abl/media/REVISTA%20BRASILEIRA%2063-prosa-03.pdf> >.

³⁸ CARVALHO, José Murilo. Euclides da Cunha e o Exército. Revista Brasileira da Academia Brasileira de Letras, prosa 3, s/d, p. 142.

Link:< <http://www.academia.org.br/abl/media/REVISTA%20BRASILEIRA%2063-prosa-03.pdf> >.

partidária dividida e ambígua se manifesta igualmente pelas províncias; enxergam primeiro a República, antes mesmo da abolição, omitindo inclusive a libertação dos escravos no manifesto de 1870³⁹. Notamos, assim, que falavam de várias liberdades no manifesto, mas não falavam da liberdade do escravo:

A liberdade de consciência nulificada por uma Igreja privilegiada; a liberdade econômica suprimida por uma legislação restritiva; a liberdade de imprensa subordinada à jurisdição de funcionários do governo; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspeção arbitrária do governo e pelo monopólio oficial; a liberdade individual sujeita à prisão preventiva, ao recrutamento, à disciplina da guarda nacional, privada da própria garantia do *habeas-corpus* pela limitação estabelecida, tais são praticamente as condições reais do atual sistema de governo⁴⁰.

Para Fernandes a questão da liberdade dos escravos não era um problema para os fundadores do Partido Republicano, muito menos uma questão política, e não caberia a um partido julgar ou questionar o regime de trabalho do país. Era uma forma de escapar da questão, mas havia republicanos abolicionistas que se esforçavam para trazer o assunto à tona. Em 1887, com a realização de um novo congresso, foi reafirmada às bases do documento de 1870, porém, tratou-se a abolição como questão necessária para o desenvolvimento do país; uma causa que a monarquia deveria resolver, caso contrário, os republicanos deveriam resolver, pois ela era um entrave para a República. Essa mudança de posição corresponde ao aumento da causa abolicionista no país, e a abolição era apenas uma questão tempo. Desse modo, era necessário assumir uma postura diante do problema. Segundo Fernandes, a questão abolicionista ganhou fôlego depois do fim da Guerra do Paraguai, na década de 1870; no entanto, foi na década de 1880 que os quilombos se multiplicam e a propaganda nas cidades e na imprensa se solidifica⁴¹.

Apesar de o Partido Republicano querer a mudança de regime, ele não era o único, havia os positivistas militares, e eles tinham uma clara orientação abolicionista, não era possível pensar em República e continuar com a escravidão. República e Abolição eram necessárias para o processo de mudança, e com a presença dos militares contestando a condição do regime Imperial, ela ganhou fôlego. A luta ia de encontro à excessiva

³⁹ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Os republicanos e a abolição*. Revista de Sociologia, n. 27. Curitiba, 2006.

⁴⁰ MANIFESTO REPUBLICANO. IN: Cadernos ASLEGIS | 37 • maio/agosto • 2009. Consultado em 26 /12/2013, p 47. Disponível em: <<http://www.aslegis.org.br/aslegisoriginal/images/stories/cadernos/2009/Caderno37/p42-p60manifestorepublicano.pdf>>.

⁴¹ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Os republicanos e a abolição*. Revista de Sociologia, n. 27. Curitiba, 2006.

centralização da monarquia, e a “República era encarada como o regime do mundo moderno e americana por excelência: a Monarquia era europeia e anacrônica, planta exótica em solo americano”⁴².

Para Viotti o movimento abolicionista foi pautado pelo lema liberal da liberdade, da igualdade e da fraternidade, mas seu caráter humanitário era uma falácia, era só aparência, pois: "promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte”⁴³.

Percebemos com as interpretações destes autores que a Proclamação da República foi gestada desde a Guerra com o Paraguai, com o conhecimento adquirido pelo exército de seu valor. Todavia, não foi ele o responsável pela queda da monarquia, havia outros fatores desagregadores que contribuíram, como as ações do Partido Republicano, a crise econômica imperial e a necessidade de inserção de novos atores políticos. Conforme afirma Maria Efigênia Lage de Resende, apesar de a ideologia militar ter sido um elemento catalisador na deposição do Imperador, existiam outros movimentos antimonárquicos da década anterior à implantação do regime republicano, que “envolve segmentos poderosos da sociedade – cafeicultores, ex-proprietários de escravos, abolicionistas, Igreja e militares positivistas, partidários de uma ditadura militar – além dos partidários da República” que auxiliaram na queda do regime⁴⁴.

O debate político surgiu entre os membros da geração de 1870, que queriam modificações no sistema que comandava o país. Questões como a reforma sociopolítica Colonial referente à atuação da monarquia e a escravidão, eram assuntos que provocavam grandes debates e que ‘cindiou a elite política imperial’⁴⁵. De acordo com Ângela Alonso, a “ala favorável à modernização da economia e do sistema político queria mudanças lentas e graduais, no sentido da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias”⁴⁶. Esta ala era composta por membros moderados do Partido Conservador e a maior parte do Partido Liberal.

⁴² Ibidem, não paginado.

⁴³ VIOTTI da COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*/Emília Viotti da Costa. – 6. Ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 247.

⁴⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira Republica e o liberalismo oligárquico*. In: O Brasil Republicano. O tempo de liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Volume 1, p. 104.

⁴⁵ ALONSO, Ângela. *Apropriação de ideias no Segundo Reinado*. In: O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889/ organização Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 89.

⁴⁶ Ibidem, p 90.

Outra parte do partido Conservador, denominada de ‘emperrados’, achava que as reformas poderiam por em risco as instituições políticas e a hierarquia social.

Em meio às divergências de opiniões entre os partidos políticos, em 1870 “os liberais se insurgiram contra as prerrogativas do Poder Moderador, e a parte moderada do Partido Conservador enfrentou os emperrados, iniciando uma reforma modernizadora”. É evidente que esta ação ocasionou crise entre os dois partidos e a “parte dos liberais abandonou o sistema oligárquico e acenou com aliança para grupos marginalizados pelos partidos oficiais. E assim nasceu o Partido Republicano”⁴⁷.

Na Província de São Paulo o PRP – Partido Republicano Paulista - congregava os ideais e interesses dos cafeicultores em se libertar do Império Unitário e instaurar a República Representativa, organizada sobre a forma federalista pela reunião dos Estados e ter o controle das decisões políticas, econômicas e financeiras. Este projeto foi exposto no Manifesto Republicano em 1870, que foi elaborado com participação de Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e Salvador Mendonça, sendo assinada também pelos representantes das mais diversas profissões. Entre os integrantes que compunham a geração de 1870 figuravam os principais republicanos históricos⁴⁸ presentes na convenção do Rio de Janeiro como Américo de Campos, Rangel Pestana, Bernardino de Campos, Campos Sales, Prudente de Moraes, Francisco Glicério, Quintino Bocaiúva, Júlio de Castilho, Marechal Floriano, Benjamin Constant, Rui Barbosa, José do Patrocínio, entre outros. Reuniu também pessoas influentes da elite como fazendeiros, políticos, e intelectuais descontentes com a monarquia ganhando assim novos adeptos da sociedade, que se encontram descontentes com o sistema que não correspondia às mudanças que vinham ocorrendo⁴⁹. Para Salles, os integrantes do PRP, que até então não via seus pedidos atendidos, passou a “ambicionar o controle do Estado e de seus organismos, colocando-os a serviço dos interesses da classe. Tratava-se, no entanto, de buscar uma alternativa de governo que, servindo à classe, parecesse como negação da ordem vigente”⁵⁰.

O Manifesto Republicano⁵¹ não apoiava o Poder Moderador exercido pelo

⁴⁷ Ibidem, p. 90.

⁴⁸ Dá-se o nome de republicanos históricos as pessoas que aderiram à causa republicana desde antes a proclamação da República.

⁴⁹ SALLES, Iraci Galvão. *A ordem como condição da civilização: O Partido Republicano Paulista (1870-1889)*. Dissertação de Mestrado: Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada (O Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-obra — 1870-1889). São Paulo, FFLCH-USP, 1980, p. 14-20.

⁵⁰ Ibidem, p. 15.

⁵¹ MANIFESTO REPUBLICANO. IN: Cadernos ASLEGIS | 37 • maio/agosto • 2009. Consultado em: 26/12/2013. Disponível em:

<http://www.aslegis.org.br/aslegisoriginal/images/stories/cadernos/2009/Caderno37/p42->

Imperador, julgava ser incompatível com a soberania nacional que deveria ser baseado na vontade popular. O documento divulgado no primeiro número do jornal fluminense "A República", resultado de uma ruptura de um grupo do Partido Liberal, liderados por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho, expressava a opinião de que:

A ideia democrática representada pela primeira Constituinte brasileira tentou, é certo, dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que ele comportava e de que carecia o país para poder marchar e progredir. Mas a dissolução da Assembleia Nacional, sufocando as aspirações democráticas, cerceou o princípio, desnaturou-o, e a carta outorgada em 1824, mantendo o status quo da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores do poder intruso e absorvente, chave do sistema, que abafou todos os respiradouros da liberdade, enfeudando as províncias à corte, à sede do único poder soberano que sobreviveu à ruína da democracia (ASLEGIS, 2009, p 53). (...) Em conclusão: Expostos os princípios gerais que servem de base à democracia moderna, única que consulta e respeita o direito à opinião dos povos, temos tornado conhecido o nosso pensamento. Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição da preliminar estabelecida na própria carta outorgada; a convocação de uma Assembleia Constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regime é necessidade cardeal⁵².

Segundo Viscardi,⁵³ a base do manifesto é a crítica ao regime monárquico e é feita de propósito, pois o alvo é o Poder Moderador pelo controle que ele exercia sobre os demais poderes, pois “com ele não havia representação nacional, liberdade individual e nem livre manifestação da vontade dos cidadãos. Ou seja, ele tornava nula a democracia. A nação havia se militarizado; o funcionalismo, se tornado dependente; e a soberania, ilusória”⁵⁴. Para a autora, os republicanos históricos repetem a exaustão à crítica sobre a concentração de poderes pelo monarca, que ele exercia um poder concentrado em suas mãos, condenavam o caráter absoluto do exercício do poder do imperador e também o falseamento das instituições democráticas pelo poder constituídos, a corrupção existente e os favorecimentos pessoais, entre outras questões. Estes fatos criticados acentuavam os sentimentos dos republicanos que “se sentiam enganados e traídos pelo imperador, ao invés de se sentirem vitimados pela sua violência, condição que explicaria o epíteto "absolutista" por eles utilizado ao se referirem ao governante ou ao regime”⁵⁵. Neste contexto, para a autora:

p60manifestorepublicano.pdf

⁵² Idem, p. 58.

⁵³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)*, 2011. Consultado em 14 de julho de 2013, não paginado. Disponível em:

< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042012000100007&lang=pt >

⁵⁴ VISCARDI, 2011, apud Manifesto Republicano- Caderno ASLEGIS, 2009, p. 46-47.

⁵⁵ Ibidem, não paginado.

Um texto deve ser lido também pelas suas ausências. Ao lê-las, percebemos um documento eivado de conservadorismo, que se manifesta pela defesa de muitas continuidades, muito embora fosse propositivo de algumas mudanças. Tal conservadorismo manifesta-se pela omissão em relação a um dos problemas mais sérios com os quais a nação se defrontava no período, qual seja: o da questão servil. Para um movimento que dava os seus primeiros passos, portador de uma cultura política emergente, mas minoritária, convinha agregar o maior número de adeptos, abrindo mão, como estratégia de conquista desse espaço, de tocar em questões controversas que poderiam afastar do movimento uma parcela portadora de grande influência: a elite agrária. A abolição não era um consenso. A República, muito menos. Relacioná-las poderia levar tudo a perder. Daí justificar-se tão importante ausência (...). Daí se explica, talvez, o fato de não ser encontrada com frequência a palavra "República" no manifesto. Embora ele se intitule como "manifesto republicano" e tenha sido publicada em um jornal recém-criado que fazia alusão ao termo, a ideia republicana se faz ausente no texto. À exceção do título, o regime proposto só aparece ao final do manifesto, em sua conclusão. Por outro lado, a palavra "democracia" é muito frequente, o que nos induz a pensar que os autores do manifesto a vissem como sinônimo de República, ou que o regime republicano fosse o único capaz de garantir a democracia⁵⁶.

Percebemos ao analisar o documento do Manifesto Republicano, que é recorrente tema como a liberdade, e também a democracia; os republicanos condenavam o Império de suprimir ambas do meio social, e também que a escravidão, um tema tão recorrente no momento foi negligenciado pelos republicanos naquele momento em 1870, parecendo ser possível constituir um novo regime, o republicano, que se dizia ser democrático e regido pelos princípios da liberdade, e mesmo assim conviver com a escravidão do sistema trabalhista. Era um paradoxo, querer liberdade e democracia e não apontar uma solução para o problema que negava a liberdade e era o oposto da liberdade apregoada pelo partido. Consideravam a monarquia antidemocrática por ter princípios de servidão, mas não seriam eles também antidemocráticos, neste mesmo sentido?

O descontentamento de vários setores da sociedade fica evidente com a publicação deste manifesto que foi se disseminando pela sociedade e fortalecendo a crise monárquica. Para Viotti, os partidos políticos, o conservador ou liberal, não se esforçavam para atender as solicitações de reformas como: “eleição das autoridades municipais, a escolha dos presidentes e vice-presidentes de província, entre os mais votados nas eleições, o sufrágio universal, liberdade de culto, reforma do sistema de educação a fim de estimular a iniciativa privada”⁵⁷,

⁵⁶ Ibidem, não paginado.

⁵⁷ VIOTTI da COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977, p. 165.

pois estas solicitações democráticas lhes desproviavam do poder, por isso, conforme Viotti:

Durante todo o Império, os liberais, como os demais membros das elites brasileiras, tinham sido basicamente conservadores e antidemocráticos. Seu alvo fora sempre conciliar a ordem com o progresso, o status quo com a modernização. Com exceção da Abolição, a maioria das reformas propostas pelos liberais tinha sido exclusivamente política e não alterava as estruturas econômicas e sociais mais profundas, nem incrementava participação popular na vida política da nação. A reforma eleitoral de 1881, considerada por muitos uma conquista democrática, não acarretou a expansão do eleitorado⁵⁸.

Os republicanos queriam tanto a república com ideais modernizadores, democráticos, liberdade para a população e autonomia para os estados, porém ao se instituir o novo regime continuaram com muitas amarras do regime anterior. Para Souza, o foco do sistema político do início da República era o do poder localizado diretamente nos Estados, em especial nos mais fortes, economicamente, era liberal em sua forma e oligárquico em seu funcionamento⁵⁹.

Ana Luiza Backes⁶⁰ analisa a geração de 1870, como foi o movimento da propaganda republicana e como ela constituiu uma referencia interessante para se pensar nos movimentos políticos envolvidos. A autora parte do pressuposto de que, havia sim, um movimento republicano que almejava a modernização social e política, mas que ao chegar ao poder, à modernização promovida foi extremamente restrita, e ficou apenas no campo político, não atingindo, por exemplo, a classe social.

Para Ana Luiza Backes, no ensaio “Notas sobre a República, oligarquia e utopia” a República não foi um ato isolado, promovida por militares insatisfeitos com o Império, mas que ela foi precedida por intensa movimentação política, difundida pela propaganda republicana; e que culminou em uma nova geração de políticos no poder, em 1889, “com formação fortemente marcada pelo evolucionismo, pelo cientificismo, pelo positivismo, e com um projeto de colocar o país no caminho do progresso”⁶¹. Para ela, a versão difundida que apoia o nascimento da República como um movimento militar, um golpe, em que a população ficou atônita diante do acontecido e que o movimento tinha como único objetivo exterminar a centralização imperial e implantar condições para as oligarquias estaduais

⁵⁸ Ibidem, p. 165-166.

⁵⁹ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O Processo Político-Partidário na Primeira República*. In: Mota, Carlos Guilherme. *O Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 167.

⁶⁰ BACKES, Ana Luiza. *Notas sobre a República, oligarquias e utopias*. Cadernos ASLEGIS | 37 • maio/agosto • 2009, p. 16. Consultado em 04/12/2013. Disponível em: <<http://www.aslegis.org.br/aslegisoriginal/index.php/37-120-anos-de-republica-e-federacao/216-notas-sobre-republica-oligarquias-e-utopias>>.

⁶¹ BACKES, 2009, p. 16-17.

atuarem através da federação, não convence. O questionamento passa pelo fato de que foi fácil proclamar a República, é por que havia durante o período uma efervescência política atuando para que isso fosse possível, uma força atuante na ação propagandística, que fazia “críticas aos principais fundamentos do Império e seus valores: a escravidão, a religião de Estado, a tradição e a imobilidade como bases da ordem, a centralização monárquica, o latifúndio monocultor”⁶².

Esta análise corrobora com a afirmação de Maria Tereza Chaves de Mello⁶³, “A República Consentida”, que traça um painel da formação de um espaço público no país da época, especialmente no Rio de Janeiro onde a ação propagandística dos republicanos exercia forte influência – as livrarias, as confeitarias, os jornais, os círculos literários, as conferências, os comícios ou *meetings*. Espaço público onde se desenvolvia uma cultura crítica, de oposição ao *status quo*. Era a construção da opinião pública que busca disseminar os ideais que pretendia derrubar o regime monárquico e instituir a República.

Para Backes, a nova elite que assume a República, é centrada em outros valores, eles defendem um estado com burocracia impessoal, competente, e a separação entre a Igreja e o Estado, e, queriam novas condições de trabalho que substituíssem o trabalho escravo. Criou uma nova simbologia, a referencia de que a nova era seria o oposto do Império, seria guiada pela Razão e pela Ciência, oposição clara ao atraso, a letargia e aos privilégios⁶⁴.

A República trouxe mudanças no plano político ao instituir o presidencialismo, o federalismo e a eleição direta para governador e Presidente, também a implementação do sistema representativo ao fazer a representação política debaixo para cima. Esse sistema propicia o coronelismo. Para Backes, esta é a base do sistema coronelista descrito por Vitor Nunes Leal:

Um sistema de compromissos recíprocos entre os coronéis locais, os governos dos estados e o governo central, que esvazia o sistema de representação, permitindo manipulações explícitas do voto. O pacto coronelista estancou o desenvolvimento não só dos direitos políticos como dos direitos civis – a maioria da população, que vivia no campo, permanece submetida aos coronéis nas fazendas, que controlavam o delegado, a professora, o padre, o juiz, além da apuração das eleições. O regime republicano se estabilizou a partir daí, consolidando o pragmatismo e isolando as tendências mais radicais. Os grupos mais fortes em cada estado se estabilizam no poder, e as minorias são excluídas.

⁶² Ibidem, p. 17.

⁶³ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Editora FGV, 2007, não paginado.

⁶⁴ BACKES, 2009, p. 19.

Para Carvalho⁶⁵, a República para ser democrática, precisava ser exercida pela soberania popular, ser governado por si mesmo, ou seja, o oposto da monarquia, que era governado por uma família, um chefe não eleito pelo povo, por isso, antidemocrático. No plano político, república e democracia tornavam-se a mesma coisa, república era vista como o único lugar da democracia. Além da democracia, outro ponto de referencia nos parâmetros republicanos era o federalismo, em que eles consideravam ser a solução para manter a unidade nacional. Juntavam-se, assim, república, democracia e federalismo. Era a tríade da propaganda republicana, deixando de lado questões como a abolição da escravidão e as questões agrárias. Contudo, por outro lado, surgiram novas discussões, fundamentada teoricamente pelo ideal de obras positivistas, evolucionistas e o biologismo. Assim:

Apesar da imprecisão generalizada e da mistura de autores, surgiram do esforço adaptativo pelo menos duas visões de república razoavelmente distinguíveis. De um lado, o que se podia chamar de república do Manifesto, democrática, representativa, liberal, federal. De outro, a república dos dissidentes, sociocrática, ditatorial, simpática ao unitarismo. A primeira vinculava-se, sobretudo, a Spencer, e se assentava sobre as bases do individualismo filosófico. A segunda baseava-se em Comte, em uma filosofia holística voltada para o interesse coletivo. Ambas falavam em povo, mas a primeira o admitia apenas pela via da representação, a segunda pela ação da opinião pública⁶⁶.

A república do tripé: república - democracia – federalismo, não foi realidade após a proclamação, ela teve que deixar de lado a participação popular, a democracia representativa com a divisão dos poderes, para conseguir se legitimar, e assim ficou sustentada na dupla república – federalismo, onde o cidadão é substituído pelo estado. O federalismo engoliu a democracia⁶⁷. Ao escolher um modelo de república, este tinha que estar de acordo com a solução que buscavam para os problemas que enfrentavam, como os abolicionistas e reformistas monárquicos que propunham leis de reforma agrária, além da educação dos libertos a fim de incorporá-los a vida nacional e na identidade da nação, porém entre a Abolição e a Proclamação da República nada foi feito⁶⁸. O governo imperial ao invés de tomar decisões e tentar acalmar os ânimos dos reclamantes de direito atendendo suas

⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891*. Revista Varia hist. vol.27, no.45. Belo Horizonte: Jan./Jun, 2011, não paginado.

⁶⁶ Ibidem, não paginado.

⁶⁷ Ibidem, não paginado.

⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: companhia das Letras, 1990, p. 23.

reivindicações, ficou resistindo aos ataques dos senhores de ex-escravos que pediam indenizações pelas perdas sofridas na ocasião da Abolição. Mas incorporá-los a sociedade e lhes conceder direitos de cidadãos não era uma tarefa das mais fáceis, principalmente se for considerado que um dos exercícios da cidadania, que é o direito ao voto limitava a participação eleitoral da maioria da população, ao exigir que o eleitor soubesse ler e escrever.

Esta redefinição da Lei eleitoral de 1881 reduziu de 10% para 1% o número de eleitores aptos de exercer o seu direito de cidadania⁶⁹. Já na República a proibição que diminuía a participação política do povo vinha não só da repressão policial sobre as manifestações em praça pública, mas também de restrições impostas ao exercício da cidadania, e verifica-se novamente que a legislação eleitoral reduzia ao mínimo os votantes: no Rio de Janeiro, subtraídos da população total os menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos, os praças, os religiosos e os estrangeiros, excluía-se do direito ao voto 80% da população. Para Carvalho⁷⁰: “a exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação” E continua o problema de exclusão popular nas eleições seguintes, pois em “1894 votaram 7857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população”⁷¹. E ainda nas eleições presidenciais de 1910, apenas 18% do eleitorado do Rio de Janeiro tiveram seus votos válidos⁷². Assim, “a República conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor”, motivo pelo qual “os representantes do povo não representavam ninguém, os representados não existiam. O ato de votar era uma operação de capangagem”. A maioria dos votos era falsa: “votavam defuntos e ausentes, e as atas eram forjadas”⁷³.

Para Maria Efigênia de Lages Resende, de acordo com a lei eleitoral de 1888, o Império exigia que os eleitores soubessem ler e escrever, e que possuíssem a qualificação de propriedade, excluindo assim grande parte do eleitorado⁷⁴. Com a Constituição de 1891, a população teve acesso a direitos sociais, na medida em que a lei se ateve em garantir os direitos individuais, como o direito de culto e de expressão de pensamento, além da segurança individual, de igualdade perante a lei e direito de propriedade. No entanto, os direitos políticos ficaram aquém do esperado, porque foi retirada a exigência de direito de

⁶⁹ Ibidem, p. 24.

⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 85.

⁷¹ CARVALHO, 1987, p. 85.

⁷² Ibidem, p. 86.

⁷³ Ibidem, p. 89.

⁷⁴ RESENDE, 2008, p. 100.

propriedade. Já a exigência de ser alfabetizado ainda vigorava, excluindo os analfabetos e as mulheres que também se encontravam nesta lista de exclusão⁷⁵. Desta forma, Resende analisa que as leis da República instituíram o regime representativo democrático, abrindo juridicamente a participação no processo político, mas, ao mesmo tempo, cerceia o funcionamento do mesmo, excluindo a participação popular como um todo. Neste sentido a república pouco significou no aumento da participação popular na política⁷⁶.

O objetivo dos Reformistas era conseguir a descentralização do Império, queriam mudanças políticas, tendo em mente o modelo norte-americano, queria a modernização econômica, a liberalização política, a laicização do Estado, contestando o *status quo* do regime monárquico e mostravam que não é somente um grupo autônomo, mas um movimento político que incorporam signos e esquemas de pensamento da tradição imperial e deram novo teor ao americanismo, que passou a sinalizar o ideal de desenvolvimento dos Estados Unidos. Mas a principal apropriação foi à prevenção contra a massiva entrada do povo na política, pois temiam revoluções e por isso buscavam transformações controladas, tarefa bem cumprida pela política científica que tinham em seu repertório doutrinário renovações ordeiras e que ideavam restrições das funções políticas a uma elite refinada com os novos tempos, eles buscavam nos modelos europeus não só formas de pensamento, mas de ação também como o ativismo político⁷⁷ que os reformistas introduziram no Brasil em forma de comícios, passeatas, eventos políticos-culturais e conferencias, ampliando assim o sentido da opinião pública e falando para setores também marginalizados pelas instituições e reforçando os ideais da importância da abolição e da república, formando partidos e lançando candidaturas parlamentares dando corpo na arena política a duas campanhas políticas de contestação a ordem imperial: a abolicionista e a republicana⁷⁸. Em outro artigo, Ângela Alonso⁷⁹ afirma que:

Foi por essa razão que esses membros da geração 1870, esses jovens contestadores, passaram a incorporar seletivamente ideias e formas de ação

⁷⁵ Ibidem, p. 101.

⁷⁶ Ibidem, p.102-103.

⁷⁷ Naquele tempo, os *meetings* (os comícios modernos) estavam se consolidando como meio de propaganda política. Os reformistas os usaram largamente, sobretudo em defesa da abolição e da República. Do mesmo modo, as passeatas e as viagens de campanha se tornaram instrumentos constantes de contestação. Também aderiram ao uso político de eventos culturais, como saraus e espetáculos, e sociais - banquetes, jantares e bailes, nos quais frequentemente havia arrecadação de fundos e chuvas de flor.

⁷⁸ ALONSO, 2009, p. 110-111.

⁷⁹ ALONSO, Ângela. *Reforma sem Revolução: integrantes da chamada geração de 1870 fundiram crítica política e atividades*. Revista de História, 2007. Consultado em 03 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/reforma-sem-revolucao>>.

estrangeiras. O amplo leque de doutrinas disponíveis - especialmente os diversos evolucionismos - foi visto como um farto repertório, do qual recolheram conceitos, argumentos e explicações capazes de atender às suas necessidades práticas, sem se preocuparem com a consistência teórica desses elementos entre si. Interessaram-se mais por escritos de políticos e de doutrinadores sociais do que por grandes teóricos. E privilegiaram duas grandes matrizes. Da “política científica” francesa - ideias disseminadas numa ampla gama de autores -, tomaram uma teoria evolucionista da história, organizando as sociedades numa escala de desenvolvimento econômico; complexidade social; secularização; expansão da participação política, e uma teoria da mudança política, recomendando a racionalização das tarefas político-administrativas e a delegação do poder político a uma elite ilustrada.

Esta escolha da matriz teórica e da importação das ideias não foi feita de maneira aleatória. Em seu critério de seleção, buscavam a capacidade dos esquemas apropriados para explicar a realidade brasileira e, assim, apontar alternativas de ação política. Por isso a escolha da política científica, pois esta deu suporte de legitimidade e inteligibilidade ao mesmo tempo em que criticava e dialogava com a tradição imperial⁸⁰. Desta forma, este esquema precisava “expressar as insatisfações com a marginalização política em que viviam, bem como apontar reformas que as eliminassem. (...) Era preciso achar noções e ideias que combatessem as justificações que a sociedade estamental usava para legitimar o seu status quo”⁸¹.

O viés teórico do movimento reside em sua crítica política natural e perpassa o pensamento positivista spencerianismo, darwinismo social, liberalismo estamental, tradicionalismo católico, a definição indianista da identidade nacional, a organização escravista da produção e muitas de suas propostas tornaram reais instituições como a República federativa, a laicização do Estado, a abolição da escravidão, fim de cargos públicos vitalícios, a descentralização, a independência do Judiciário, a expansão dos direitos civis e políticos e a política externa americanista⁸². A geração de 1870 lutou para modificar um país que solapava os direitos dos cidadãos e marginalizava setores inteiros da sociedade que buscava por seus direitos e buscando por melhorias políticas e sociais.

Na análise de Renato Lemos⁸³, se a monarquia fosse um pouco mais flexível e aceitasse a alternativa federalista, talvez a República não tivesse acontecido em 1889. Para ele, também é possível afirmar que a República, ou melhor, a opção federalista, começou a ganhar espaço a partir das críticas à monarquia pela geração de 1870, em que as classes dominantes estiveram a partir de então divididas

⁸⁰ ALONSO, 2009, p. 113.

⁸¹ Ibidem, p. 114.

⁸² Ibidem, p. 114-115.

⁸³ LEMOS, 2009, p. 403-405.

entre os campos monarquistas e republicanos. Segundo Lemos, os acontecimentos marcantes que balizaram a queda da monarquia e a alternativa republicana aconteceram entre 1850 e 1900, em um momento histórico marcado por acontecimentos econômicos, sociais, ideológicos e políticos. Acontecimentos associados a mudanças que ocorreram nas bases estruturais da sociedade brasileira, como a extinção do tráfico internacional de escravos, a Lei de Terras, intensas migrações internas, a Guerra com o Paraguai, movimento abolicionista, deslocamento do eixo cafeeiro do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, a imigração europeia e a expansão do trabalho livre, a renovação intelectual de vários setores da sociedade, a existência de conflitos generalizados entre o Estado, a Igreja católica e os segmentos militares, abolição da escravidão. Elementos que contribuíram para a queda da monarquia e a implantação da república. Para Lemos:

A organização imperial dificultava o atendimento das demandas políticas econômicas apresentadas pelos grupos emergentes da sociedade. Também os grupos tradicionais nem sempre sintonizavam com o método e a orientação com que o governo equacionava as questões de seu interesse. Protecionismo alfandegário, política imigratória, abolicionismo, alargamento da representação, separação entre a Igreja católica e o Estado, administração dos interesses nacionais diante do capital estrangeiro, melhoria das condições de vida nas grandes cidades, etc., eram temas que a monarquia tinha dificuldades de enfrentar e de responder, de maneira adequada, a preservação de suas bases sociais e políticas⁸⁴.

Com a formação do Partido Republicano a partir de 1870, tornou possível a possibilidades de acenar com um novo regime. A perspectiva republicana deixa de ser somente um anseio distante e passa a ser uma alternativa mais real e possível aos correligionários que propunham uma reforma realizada por meios pacíficos e de maneira gradual através da implantação de uma república federativa, com base na soberania do povo e administrada por um governo representativo e responsável⁸⁵.

Naturalmente, os republicanos se organizaram e a partir de efetivada a criação do partido, a difusão de seus ideais tornou-se recorrente também em outras províncias. Desse modo, a propaganda republicana obtinha, aos poucos, êxitos contra a crise e o regime monárquico que decaía de maneira visível e constante. Para Ângela Alonso “o movimento intelectual da geração 1870 não foi nem popular nem revolucionário. Foi reformista”⁸⁶. Ou seja, as novas mudanças ainda passavam pelo crivo e pelas intenções de outras elites, cujo interesse correspondia à necessidade vital de cada grupo.

⁸⁴ Ibidem, p. 409.

⁸⁵ Ibidem, 413.

⁸⁶ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento – A geração 1870 na crise do Brasil – Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Após a proclamação, a intenção primordial na formação da Constituição era descentralizar o poder, igualando, conseqüentemente, as forças de atuação presentes na sociedade do período. Porém, a autonomia estatal beneficiou o setor cafeeiro em detrimento dos demais, tendo em vista que este já possuía o poderio econômico e através do novo sistema adquiriu poder político. Segundo Maria Campello de Souza, dentre as regiões produtoras, uma, a cafeeira, localizada no centro-sul do país, constituía-se como polo dinâmico da economia. Suas necessidades de expansão, estimuladas pelo mercado externo, estavam contidas pela rígida centralização monárquica. Nesse sentido, o movimento republicano, ao lutar pela autonomia regional de modo a promover ligações diretas dos estados com o mercado internacional sem as injunções da União, simbolizava as reivindicações daquele setor⁸⁷.

Nesse contexto, a autora situa a instauração do regime federativo no Brasil como uma forma de mascarar uma nova centralização baseada nos interesses da oligarquia dos cafeicultores. Essa centralização, na prática, vinha em sentido contrário ao que estava no texto constitucional. As únicas oligarquias que sobressaíram com essa nova forma política foram a mineira e a paulista. Havia outras oligarquias subsidiárias no país, mas, com a federação instalada, estas são as únicas que conseguem se estabelecer com significativo poder de exportação, poderio financeiro e uma significativa força política⁸⁸.

Percebemos desta forma, quais foram os principais motivos que ocasionaram o fim da monarquia, destacando entre eles, a escravidão e seu fim, a crise do Império com o Exército e a criação do Partido Republicano. O Exército com o êxito vitorioso trazido após a Guerra com o Paraguai, com a ideia de salvador nacional, e a renovação no ensino positivista acentuou a consciência dos militares para a reivindicação de seus direitos sociais e políticos.

A análise de Emilia Viotti, sobre as causas que provocaram a mudança do regime, foi de grande importância para a historiografia das últimas décadas do século XX, pois ela contestava análises anteriores que não eram suficientes para explicar todas as causas da queda do regime monárquico e a instauração do regime republicano, e defendia que o regime republicano só foi possível devido a mudanças nas estruturas sociais e econômicas, mas que estas mudanças não representavam uma ruptura no sistema, e que isso foi devido à continuidade que ocorreu nas estruturas econômicas, rurais, sociais e também da dependência do capital estrangeiro. Viotti condiciona a troca do regime à condição de reivindicação das

⁸⁷ SOUZA, 1978, p. 162-164.

⁸⁸ Ibidem, p. 165-170.

classes dos cafeicultores paulistas, do exército e dos civis representantes da classe média.

Estudos mais recentes nos mostram visões diferenciadas sobre a troca do regime. Vimos que Margarida de Souza Neves condiciona o progresso à aceleração do tempo, que permite a percepção destas mudanças no processo político associados aos conceitos de progresso e de civilização, ressaltando que a República não foi por acaso, e nem sem a participação popular, mas que foi uma resposta autoritária e elitista a nova condição social que vinha se transformando e que não condizia mais com o regime monárquico.

O estudo de Maria Fernanda Lombardi Fernandes remete a interpretação da não existência de um partido republicano coeso e de forte representatividade que tomassem conta do assunto: república. Os membros do partido republicano tinham diferentes opiniões, e por isso tratavam de forma diferenciada questões que não combinavam com a república, como por exemplo, a abolição dos escravos. Da mesma forma, era a posição dos militares que possuíam orientação abolicionista, e viam a impossibilidade de proclamar a República com o regime escravista ainda vigente. A contestação destes dois setores propiciou um processo de mudança que aos poucos foi adquirindo consistência e força, para romper com o regime monárquico.

Já na concepção de Ana Luiza Backes a República foi originada pela propaganda republicana e pela força política que daí se evoluiu devido aos ataques diretos aos fundamentos do Império e de suas bases, não se convencendo que foi um golpe militar e sem participação popular, pois a propaganda atingia diretamente a população.

Ângela Alonso defende fortemente a propaganda republicana e a atuação da geração de 1870 no processo de mudança do regime político do país. Para Renato Lemos corrobora com a atuação do Partido Republicano, mas reforça que estas ideias começaram a surgir desde 1850, devido à forma com que o Brasil era comandado no Império e que a participação do Exército foi devido à falta de um partido suficientemente forte para tomar as rédeas da política. E para Maria Campello de Souza a instauração da República foi outra forma de manter o país centralizado em mãos de poucos, porém, o diferencial era que seria em mãos de grandes produtores que comandavam a situação econômica do país e que queriam maior representatividade política.

Percebe-se que mesmo havendo pontos diferenciados entre estes autores, pontos em comum se destacam como, a ação da geração de 1870 e a criação do Partido Republicano foram importantes para que se modificasse o pensamento e a percepção a respeito da política de setores que, a partir daí seria parceiros para a mudança política do país, e que houve sim participação popular neste processo de transformação.

Com a criação do Partido Republicano, notamos que o Exército foi utilizado como difusor dos ideais republicanos, envolvendo-se de tal forma que também executaram a tarefa de derrubar a monarquia e instaurar a República, permanecendo ainda por mais cinco no comando do país. Apesar de o Exército ter sido um forte elemento na deposição do imperador e consequentemente na queda da monarquia, notamos que havia outros elementos que vinha degradando já há algum tempo e que era pauta das reivindicações da geração de 1870 e do Partido Republicano como, por exemplo, a escravidão, a laicização do Estado e a democratização das instituições públicas. Eles almejavam libertar-se das amarras do Império Unitário e Centralizador e instaurar a República Representativa, por isso lançaram suas ideias em forma de manifestos e de propaganda política conquistando a simpatia e a adesão de grupos descontentes com o Império e por ele marginalizados.

O discurso dos republicanos é sobre um governo democrático, dirigido pelo povo, e que a classe se misture com a Nação, apagando as diferenças entre ambos. E o representante deste povo aparece, – o Estado, bem como aparece o discurso ideológico apoiado em mecanismo que difundem conceitos de Nação e de democracia. A proposta política dos representantes do partido Republicano é estabelecer o Estado de Direto, em que a vontade da classe fosse reconhecida e passasse a ser a vontade nacional.